

Sumário

Prefácio	1
Introdução	3
Capítulo 1. Segurança Jurídica e Garantismo como Expressões do Devido Processo Legal	13
1.1 Devido Processo Legal e suas Vertentes	15
1.2 Princípios, Conceitos Jurídicos Indeterminados e Discricionariedade Judicial: Riscos e Espaços de Incerteza na Aplicação da LIA.....	25
1.3 O Processo Judicial como Garantia do Indivíduo: Origens da LIA e Dificuldades Práticas de sua Aplicação em sua Redação Original	30
1.4 Alterações da Lei n.º 14.230/2021 e a Caracterização da Improbidade como Expressão do Direito Administrativo Sancionador	42
1.5 Segurança Jurídica e Aproximação com o Sistema Garantista do Direito Penal como Expressão do Devido Processo Legal	49
Capítulo 2. Alterações da LIA e Adoção do Garantismo no Processo Judicial	57
2.1 Análise da Exposição de Motivos do Projeto: Nítida Postura Garantista do Legislador Reformador.....	57
2.2 A Exigência do Elemento Subjetivo para Configuração do Ato Ímprobo e a Questão do Dolo Específico	63

2.3 A Restrição da Legitimidade Ativa para o Ajuizamento da Ação de Improbidade em Razão dos Efeitos da Decisão	68
2.4 Novo Prazo Prescricional e Prescrição Intercorrente para o Ajuizamento das Ações e sua Aplicação a Ações em Curso	72
2.5 Limitação de Situações de Indisponibilidades dos Bens e Limites à Penhorabilidade de Valores	82
Capítulo 3. Avanços da Nova LIA como Instrumento de Justiça Negociada e de Segurança Jurídica do Indivíduo.....	87
3.1 Retomada da LIA ao seu Ponto de Origem: Redução do Alcance e Aplicação a Atos de Desonestidade	94
3.2 Acordo de Não Persecução Cível no Âmbito da LIA como Expressão da Consensualidade	97
3.3 Tipologia e Taxatividade dos Atos Ímprobos: Aproximação com a Nova LINDB	100
3.4 Alterações Substanciais no Regime das Sanções e a Vinculação à Proporcionalidade	108
3.4.1 Ampliação de prazos de restrição de direitos políticos e de capacidade administrativa	108
3.4.2 Aplicação reduzida de sanções em caso de ofensa de pouca monta.....	110
3.4.3 Exclusão da suspensão dos direitos políticos e de perda da função pública em hipóteses de atos trazidos no art. 11.....	112
3.4.4 Perda da função pública que o agente esteja ocupando por ocasião do julgamento.....	114
3.4.5 Exclusão da defesa preliminar no rito processual	115

3.5 Aplicabilidade da Nova LIA no Arcabouço do Direito Administrativo Sancionador e do Garantismo Penal: a Questão da Retroatividade	116
3.6 Segurança Jurídica, Nova LINDB e Redução dos Riscos de Abuso de Autoridade dos Entes Estatais.....	127
Conclusões.....	133
Apêndice – Controle de Constitucionalidade Repressivo Concentrado e Difuso da Lei nº 8.429/92 após as Alterações Conferidas pela Lei nº 14.230/2021.....	145
1. ADIs n.º 7042 e 7042	145
2. ARE n.º 843989 e TEMA n.º 1199	151
3. ADIs 7236 e 7237	153
Referências Bibliográficas	159